



**AUDIÊNCIA PÚBLICA  
3º. QUADRIMESTRE DE 2016**

# **Desempenho Orçamentário**

**Parágrafo 4º. Artigo 9º. Lei  
LRF101/2000**

**Artigo 180 – Lei Orgânica  
Municipal**

**Controle Interno**

**EXERCÍCIO 2016**



## SUMÁRIO

<b>Tabelas I e II:</b> Execução Orçamentária – setembro a dezembro 2015 e 2016	<b>03</b>
<b>Tabela III:</b> Composição das Receitas Arrecadadas – setembro a dezembro de 2016	<b>04</b>
<b>Tabela IV:</b> Despesas por função de Governo – setembro a dezembro 2016	<b>05</b>
<b>Tabela V:</b> Demonstrativo da Execução da Despesa p/ cat. Econômica e descrição – setembro a dezembro 2016	<b>06</b>
<b>Tabela VI:</b> Gastos com a Educação – acumulados até dezembro 2016	<b>07</b>
<b>Tabela VII:</b> Aplicação recursos do FUNDEB – acumulado até dezembro 2016	<b>07</b>
<b>Tabela VIII:</b> Gastos com a Saúde – acumulados até dezembro 2016	<b>08</b>
<b>Tabela IX:</b> Dos restos a pagar em 31.12.2016, referente a 2015	<b>08</b>
<b>Tabela X:</b> Demonstrativo resumido da Receita Corrente Líquida em 31.12.2016	<b>09</b>
<b>Tabela XI:</b> Demonstrativo Resumido da Despesa com Pessoal	<b>09</b>
<b>Tabela XII:</b> Demonstrativo da Receita, Despesa e Saldo Financeiro	<b>10</b>
<b>Tabela XIII:</b> Disponibilidade Financeira em 31.12.2016	<b>10</b>
<b>Tabela XIV</b> Demonstrativo dos Restos a Pagar – Processados em 31.12.2016	<b>10</b>
<b>Tabela XV:</b> Acompanhamento do Repasse de Recurso para o Poder Legislativo Municipal	<b>11</b>
<b>Conclusão:</b>	<b>12</b>
<b>Considerações Finais:</b>	<b>12</b>



**PREFEITURA MUNICIPAL CONQUISTA**  
**Estado de Minas Gerais**  
**CONTROLE INTERNO**

**RELATÓRIO DO DESEMPENHO DA PREFEITURA DA CIDADE DE CONQUISTA FRENTE À LEI DE RESPONSABILIDADE FISCAL.**

**3º QUADRIMESTRE DE 2016**

**CONTROLADORIA GERAL DO MUNICÍPIO**

**1 – RELATÓRIO DE DESEMPENHO DA PREFEITURA DA CIDADE DE CONQUISTA FRENTE À LEI DE RESPONSABILIDADE FISCAL - 3º QUADRIMESTRE 2016 (quadros comparativos 2015/2016)**

Este relatório tem por objetivo abordar, de forma resumida, alguns aspectos considerados mais relevantes da Execução Orçamentária e Financeira da Prefeitura da cidade de Conquista no 3º quadrimestre de 2016 (setembro a dezembro), bem como análise do orçamento comparando 2015 e 2016.

Ao longo deste documento procuramos oferecer elementos para melhor compreensão dos quadros de tabelas da Lei de Responsabilidade Fiscal. Parágrafo 4º., Artigo 9º. – **LRF 101/2000.**

**1.1 – Execução Orçamentária**

A execução orçamentária apresentada pelas **Tabelas I e II** foi apurada considerando os ingressos de natureza orçamentária, receitas executadas e das despesas liquidadas em valores acumulados no **Terceiro Quadrimestre do exercício 2016**. Com o objetivo de permitir a comparabilidade, evidenciamos também à execução do mesmo período de 2015.



**PREFEITURA MUNICIPAL CONQUISTA**  
Estado de Minas Gerais  
**CONTROLE INTERNO**

**Tabela I - Execução Orçamentária – Setembro a Dezembro - 2015 e 2016**

Em R\$

Receitas	Setembro a Dezembro 2015			Setembro a Dezembro 2016		
	Previsão Anual (A)	Execução Quadrimestral (B)	(B/A)*100 %	Previsão Anual (A)	Execução Quadrimestral (B)	(B/A)*100 %
Receitas Correntes	21.785.000,00	6.428.487,06	29,51%	21.985.000,00	8.692.829,81	39,54%
Receitas de Capital	2.208.000,00	30.000,00	1,36%	880.000,00	300.996,00	34,20%
<b>Total Receita</b>	<b>23.993.000,00</b>	<b>6.458.487,06</b>	<b>26,92%</b>	<b>22.865.000,00</b>	<b>8.993.825,81</b>	<b>39,33%</b>

Em R\$

Despesas	Setembro a Dezembro 2015			Setembro a Dezembro 2016		
	Fixação (A)	Execução (B)	(B/A)*100 %	Fixação (A)	Execução Poder Executivo (B)	(B/A)*100 %
Despesas Correntes	20.235.960,00	6.408.588,96	31,67%	20.440.000,00	7.662.537,23	37,49%
Despesa de Capital	3.717.040,00	333.567,19	8,97%	2.385.000,00	1.440.930,19	60,42%
Reserva Contingência	40.000,00			40.000,00	0,00	
<b>Total Despesa</b>	<b>23.993.000,00</b>	<b>6.742.156,15</b>	<b>28,10%</b>	<b>22.865.000,00</b>	<b>9.103.467,42</b>	<b>39,81%</b>
<b>Resultado</b>		<b>+283.669,09</b>			<b>-109.641,61</b>	

A arrecadação do Terceiro Quadrimestre de 2016 alcançou **39,33%** da receita inicialmente prevista para o ano. Já a execução da despesa no mesmo período alcançou um índice de **39,81%** da despesa inicialmente fixada.

**Tabela II**

Receitas	Janeiro a Dezembro 2015			Janeiro a Dezembro 2016		
	Previsão Anual (A)	Execução Anual (B)	(B/A)*100 %	Previsão Anual (A)	Execução Anual (B)	(B/A)*100 %
Receitas Correntes	21.785.000,00	18.700.989,12	85,84%	21.985.000,00	23.035.474,88	104,78%
Receitas de Capital	2.208.000,00	582.307,50	26,37%	880.000,00	1.024.158,00	116,38%
<b>Total Receita</b>	<b>23.993.000,00</b>	<b>19.283.296,62</b>	<b>80,37%</b>	<b>22.865.000,00</b>	<b>24.059.632,88</b>	<b>105,22%</b>

Em R\$

Despesas	Janeiro a Dezembro 2015			Janeiro a Dezembro 2016		
	Fixação (A)	Execução (B)	(B/A)*100 %	Fixação (A)	Execução Poder Executivo (B)	(B/A)*100 %
Despesas Correntes	20.235.960,00	17.871.270,76	88,32%	20.440.000,00	18.491.230,63	90,47%
Despesa de Capital	3.717.040,00	1.052.419,51	28,31%	2.385.000,00	1.962.447,30	82,28%
Reserva Contingência	40.000,00	0,00		40.000,00	0,00	
<b>Total Despesa</b>	<b>23.993.000,00</b>	<b>18.923.690,27</b>	<b>78,88%</b>	<b>22.865.000,00</b>	<b>20.453.677,93</b>	<b>89,45%</b>
<b>Resultado</b>		<b>+359.606,35</b>			<b>+3.605.954,95</b>	

A arrecadação do Terceiro Quadrimestre de 2016 alcançou **105,22%** da receita inicialmente prevista para o ano. Já a execução da despesa no mesmo período alcançou um índice de **89,45%** da despesa inicialmente fixada.



PREFEITURA MUNICIPAL CONQUISTA  
Estado de Minas Gerais  
CONTROLE INTERNO

4

Tabela III - Índices de Execução da Receita

1.2 Composição das Receitas Arrecadadas – Setembro a Dezembro

2016.

ESPECIFICAÇÃO DA RECEITA	RECEITA 3º. QUADRIMESTRE DE 2016 (ACUMULADA) Setembro a Dezembro			Receita Acumulada no Ano
	EXECUÇÃO	% por origem	% por receita	
<b>RECEITA TRIBUTÁRIA</b>				
IPTU	33.734,95	6,01%		325.684,76
IRRF	112.864,45	20,10%		294.666,14
IRRF S/ OUTROS RENDIMENTOS	618,24	0,11%		1.543,15
ITBI	102.765,34	18,30%		258.213,05
ISSQN	265.518,97	47,29%		740.148,44
TAXAS	45.976,09	8,19%		256.538,56
<b>TOTAL RECEITA TRIBUTÁRIA</b>	<b>561.478,04</b>	<b>100,00%</b>	<b>6,24%</b>	<b>1.876.794,10</b>
<b>RECEITA PATRIMONIAL</b>				
ALUGUÉIS	2.845,65	1,66%		5.307,57
RENDIMENTOS DE APLICAÇÕES FINANCEIRAS	168.784,62	98,34%		409.927,36
<b>TOTAL DA RECEITA PATRIMONIAL</b>	<b>171.630,27</b>	<b>100,00%</b>	<b>1,91%</b>	<b>415.234,93</b>
<b>TRANSFERÊNCIAS CORRENTES</b>				
COTA PARTE - FPM	3.542.370,69	45,58%		8.553.688,37
COTA PARTE - I T R	336.650,52	4,33%		398.006,04
TRANSF. REC. SUS BLOCO ATENÇÃO BÁSICA	288.776,00	3,72%		749.027,00
TRANSF.REC. SUS BLOCO VIGILANCIA EM SAÚDE	31.566,38	0,41%		79.754,16
OUTROS PROGR. FINANC. P/ TRANS. FUNDO A FUNDO	49.607,01	0,64%		142.895,76
TRANSFERÊNCIAS REC. F N A S	39.662,74	0,51%		111.802,82
SALÁRIO EDUCAÇÃO - QESE	48.178,50	0,62%		153.486,62
TRANSFERÊNCIA FNDE/PDDE	2.600,00	0,03%		5.360,00
TRANSFERÊNCIA FNDE/PNAE	20.328,00	0,26%		55.866,00
TRANSFERÊNCIA FNDE/PNATE	5.430,58	0,07%		15.227,28
OUTRAS TRANSF. DO FNDE	0,00	0,00%		0,00
ICMS - DESONERAÇÃO LC 87/96	21.196,36	0,27%		63.589,08
OUTRAS TRANSF. DA UNIÃO	106.577,96	1,37%		220.803,11
COTA PARTE ICMS	3.748.570,11	48,23%		10.542.878,21
COTA PARTE IPVA	49.998,83	0,64%		613.899,73
COTA PARTE IPI	46.997,13	0,60%		129.910,33
COTA PARTE CIDE	32,49	0,00%		16.177,60
COTA PARTE COMPENSAÇÃO FINANC. CFRH	250.210,33	3,22%		551.833,89
TRANSF. FUNDO ESTADUAL ASSISTENCIA SOCIAL (FEAS)	4.000,00	0,05%		12.000,00
FUNDEB	635.331,36	8,17%		1.857.018,67
TRANSF. CONV. ESTADO PROGR. EDUCAÇÃO	22.680,00	0,29%		39.690,00
<b>REDUTORA DO FUNDEB</b>	<b>-1.478.719,90</b>	<b>-19,03%</b>		<b>-3.942.819,66</b>
<b>TOTAL TRANSFERÊNCIAS CORRENTES</b>	<b>7.772.045,09</b>	<b>100,00%</b>	<b>86,42%</b>	<b>20.370.095,01</b>
<b>OUTRAS RECEITAS CORRENTES</b>				
MULTAS E JUROS DE MORA	22.769,71	12,13%		38.083,38
INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	110.480,37	58,87%		123.161,47
RECEITA DA DÍVIDA ATIVA	28.140,40	14,99%		64.376,77
RECEITAS DIVERSAS	26.285,93	14,01%		147.729,22
<b>TOTAL OUTRAS RECEITAS CORRENTES</b>	<b>187.676,41</b>	<b>100,00%</b>	<b>2,09%</b>	<b>373.350,84</b>
<b>TOTAL GERAL DAS RECEITAS CORRENTES</b>	<b>8.692.829,81</b>		<b>96,65%</b>	<b>23.035.474,88</b>
<b>RECEITA DE CAPITAL</b>				
OPERAÇÕES DE CRÉDITO INTERNA	0,00	0,00%		0,00
ALIENAÇÃO DE BENS - MÓVEIS	34.176,00	11,35%		81.478,00
ALIENAÇÃO DE BENS - IMÓVEIS	0,00	0,00%		0,00
<b>TRANSF. CONVÊNIOS</b>				
<b>TRANSF. CONVÊNIOS COM A UNIÃO</b>				
TRANSF. CONVÊNIOS PARA SUS EQUIP. SAÚDE	149.820,00	49,77%		149.820,00
OUTRAS TRANSF. CONV. UNIÃO PORTAL	117.000,00	38,87%		117.000,00
<b>TRANSF. CONVÊNIOS COM O ESTADO</b>				
CONV. ESTADO PROGR. EDUC. - CRECHE JUBAI	0,00	0,00%		55.860,00
CONV. ESTADO INFRA-ESTRUTURA E TRANSPORTE	0,00	0,00%		120.000,00
OUTRAS TRANSF. CONV. ESTADOS - ARQUIVO	0,00	0,00%		200.000,00
<b>OUTRAS RECEITA DE CAPITAL</b>				
OUTRAS RECEITAS - TRANSF. COPASA		0,00%		300.000,00
<b>TOTAL RECEITA DE CAPITAL</b>	<b>300.996,00</b>	<b>100,00%</b>	<b>3,35%</b>	<b>1.024.158,00</b>
<b>TOTAL DA RECEITA ORÇAMENTÁRIA</b>	<b>8.993.825,81</b>		<b>100,00%</b>	<b>24.059.632,88</b>



As receitas do Município são representadas pelas receitas tributárias (impostos e taxas municipais), que correspondem a **6,24%** do total das receitas arrecadadas, sendo que destas se destacaram neste quadrimestre com maior índice de pontos percentuais o IRRF, ITBI e ISSQN, as receitas patrimoniais que neste período representam **1,91%** do total arrecadado; as transferências correntes que juntas representam **86,42%** do total arrecadado, sendo que destas se destacam com maior índice o FPM, ICMS e o FUNDEB; as outras receitas correntes que totalizaram **2,09%** do total arrecadado e a receita de capital que neste terceiro quadrimestre representaram **3,35%** do total arrecadado.

### 1.3- Índices de Execução da Despesa

Tabela IV – Despesas por Função de Governo – 3º. Quadrimestre 2016 e valor acumulado até este período.

FUNÇÃO	3º. Quadrimestre 2016	% Quadrimestre	Execução Acumulada no Ano 2016
Legislativa	416.790,72	4,58%	1.160.092,12
Judiciária	224.659,71	2,47%	297.793,01
Administrativa	3.487.436,83	38,31%	6.947.775,47
Assistência Social	237.699,85	2,61%	578.044,02
Previdência Social	95.099,05	1,04%	240.810,56
Saúde	2.078.246,30	22,83%	5.243.656,26
Educação	1.770.608,10	19,45%	4.318.018,46
Cultura	17.441,40	0,19%	46.229,61
Urbanismo	450.506,50	4,95%	954.561,83
Saneamento	0,00	0,00%	4.470,00
Gestão Ambiental	25.036,32	0,28%	69.391,63
Agricultura	72.446,33	0,80%	202.781,69
Comércio e Serviços	52.689,42	0,58%	54.228,92
Transporte	78.010,40	0,86%	133.832,04
Desporto e Lazer	96.796,49	1,06%	201.992,31
<b>TOTAL GERAL</b>	<b>9.103.467,42</b>	<b>100,00%</b>	<b>20.453.677,93</b>

Ao analisarmos os gastos por funções de governo, podemos observar a aplicação na manutenção dos gastos públicos nas áreas acima demonstradas. As funções que o governo aplicou mais recursos em relação ao total executado foram Administrativa (38,31%), Saúde (22,83%), Educação (19,45%).



PREFEITURA MUNICIPAL CONQUISTA  
Estado de Minas Gerais  
CONTROLE INTERNO

6

Tabela V – Demonstrativo da Execução da Despesa por Elemento e Categoria Econômica no 3º. Quadrimestre de 2016.

DESCRIÇÃO DA DESPESA	ATUALIZADA P/ 2016	EXECUTADA - Setembro a Dezembro 2016	% por Elemento da Despesa	% p/ Categ. Econômica	% em relação a Despesa atualizad	EXECUTADA ACUMULADA NO ANO 2016
<b>DEPESAS CORRENTES</b>						
<b>PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS</b>		<b>4.482.307,28</b>				<b>11.404.195,01</b>
Aposentadorias e reformas	25.000,00	8.800,00	0,11%		35,20%	22.880,00
Pensões	30.000,00	11.014,15	0,14%		36,71%	28.636,79
Contrato p/ tempo determinado	2.564.000,00	858.083,32	11,20%		33,47%	2.195.439,41
Outros Benefícios Previdenciários	5.000,00	0,00	0,00%		0,00%	0,00
Vencimentos e Vantag. Pessoal civil	7.497.000,00	2.571.596,78	33,56%		34,30%	6.813.527,18
Obrigações patronais	2.168.000,00	758.352,50	9,90%		34,98%	1.975.892,56
Outras despesas variáveis P. Civil	10.000,00	0,00	0,00%		0,00%	0,00
Despesas de Exercícios Anteriores	4.000,00	0,00	0,00%		0,00%	0,00
Indenizações e restituições trabalhistas	321.000,00	244.035,35	3,18%		76,02%	312.702,85
Juros sobre a Dívida por Contrato	85.000,00	30.425,18	0,40%		35,79%	55.116,22
<b>OUTRAS DESPESAS CORRENTES</b>		<b>3.180.229,95</b>				<b>7.087.035,62</b>
Contribuições	200.000,00	30.828,98	0,40%		15,41%	91.744,77
Subvenções Sociais	1.345.700,00	566.500,00	7,39%		42,10%	1.460.100,00
Rateio participação Consórcio Público	10.000,00	0,00	0,00%		0,00%	0,00
Outros Serv. Terceiros Pessoa Jurídica	270.000,00	0,00	0,00%		0,00%	9.287,05
Contrato p/ tempo determinado	4.000,00	0,00	0,00%		0,00%	0,00
Diárias Pessoal Civil	44.000,00	17.100,00	0,22%		38,86%	32.550,00
Auxílio Financeiro ao Estudante	455.000,00	84.832,00	1,11%		18,64%	302.432,00
Material de Consumo	1.422.000,00	522.275,65	6,82%		36,73%	1.126.928,12
Passagens Desp.c/Locomoção	10.000,00	0,00	0,00%		0,00%	0,00
Serviço de Consultoria	60.000,00	15.460,00	0,20%		25,77%	44.190,00
Outros Serv.Terceiros de Pessoa Física	1.228.300,00	274.563,99	3,58%		22,35%	776.685,07
Outros serv.Terceiros de Pessoa Jurídica	2.250.000,00	1.341.769,16	17,51%		59,63%	2.549.575,68
Auxílio Alimentação	15.000,00	5.854,82	0,08%		39,03%	18.589,82
Obrigações Tributárias e Contributivas	188.000,00	75.284,90	0,98%		40,05%	189.573,77
Outros Aux. Financ. a Pessoas Físicas	20.000,00	0,00	0,00%		0,00%	1.724,84
Sentenças Judiciais	25.000,00	187.042,21	2,44%		748,17%	254.253,63
Despesas de Exercícios Anteriores	75.000,00	26,49	0,00%		0,04%	65.677,97
Indenizações e Restituições	109.000,00	58.691,75	0,77%		53,85%	163.722,90
<b>TOTAL DESPESAS CORRENTES</b>	<b>20.440.000,00</b>	<b>7.662.537,23</b>	<b>100,00%</b>	<b>93,76%</b>	<b>37,49%</b>	<b>18.491.230,63</b>
<b>DEPESAS DE CAPITAL</b>						
Rateio participação Consórcio Público	5.000,00	0,00	0,00%		0,00%	0,00
Obras e Instalações	980.000,00	359.234,23	24,93%		36,66%	589.184,95
Equip. e Material Permanente	686.000,00	187.236,83	12,99%		27,29%	229.302,93
Aquisição de Imóveis	350.000,00	0,00	0,00%		0,00%	0,00
Principal da Dívida Contratual Resgatado	284.000,00	801.154,35	55,60%		282,10%	1.002.654,64
Sentenças Judiciais (precatórios)	80.000,00	93.304,78	6,48%		116,63%	141.304,78
<b>TOTAL DESPESA DE CAPITAL</b>	<b>2.385.000,00</b>	<b>1.440.930,19</b>	<b>100,00%</b>	<b>6,24%</b>	<b>60,42%</b>	<b>1.962.447,30</b>
Reserva de Contingência	40.000,00		<b>0,00%</b>			0,00
<b>TOTAL GERAL DA DESPESA</b>	<b>22.865.000,00</b>	<b>9.103.467,42</b>		<b>100,00%</b>	<b>39,81%</b>	<b>20.453.677,93</b>



**PREFEITURA MUNICIPAL CONQUISTA**  
**Estado de Minas Gerais**  
**CONTROLE INTERNO**

7

A tabela V acima mostra a variação em percentuais da despesa executada no **Terceiro Quadrimestre de 2016**, com ênfase nas principais aplicações em relação ao total executado, bem como o índice realizado em relação ao orçamento atualizado.

#### 1.4 - Aplicações Constitucionais no setor de Educação.

##### Tabela VI - EDUCAÇÃO

Artigo 212 da CR/88 c/c com a EC 53/2006.

Lei 9.394/96

IN TCE/MG 013/2008 – IN 01/10 – IN 09/11 – IN 05/2012

Acumulado até Dezembro	Receita Base cálculo	Valor mínimo a aplicar 25%	Valor aplicado	% Percentual
2016	22.005.906,96	5.501.476,74	5.690.087,58	25,86%

Conforme podem ser observados os gastos com a Manutenção e Desenvolvimento do Ensino até o mês de Dezembro/2016 foram de **25,86%** (por cento) da receita arrecadada dos impostos e transferências constitucionais.

Até o 3º. Quadrimestre 2016 de cada R\$ 100,00 oriundos de arrecadação de impostos e transferências constitucionais R\$ 25,86 são aplicados na manutenção das ações de ensino.

#### 1.5 – Aplicação dos Recursos do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica – ( CF, ADCT, Art. 60, Incisos I, IV e XII) c/c Emenda Constitucional 53/2006.

Lei 11.494/07

IN TCE/MG 009/2011 – 005/2012

##### Tabela VII – FUNDEB

<b>Saldo disponível em 31/12/2015</b>	<b>R\$ 13.056,98</b>
TÍTULOS	VALOR acumulado até Dezembro 2016
RECEITAS RECEBIDAS NO EXERCÍCIO (incluídas aplicações) (A)	<b>R\$ 1.868.282,96</b>
DESPESAS PAGAS NO EXERCÍCIO (B)	<b>R\$ 1.839.660,83</b>
DESPESAS PAGAS NO EXERCÍCIO COM A REMUNERAÇÃO DOS PROFISSIONAIS DO MAGISTÉRIO ( C )	R\$ 1.272.673,54
<b>DISPONIBILIDADE FINANCEIRA EM 31/08/2016</b>	<b>R\$ 41.679,11</b>
PERCENTUAL APLICADO NA REMUNERAÇÃO DOS PROFISSIONAIS DO MAGISTÉRIO 60%(C/A)	<b>68,12%</b>

Conforme pode ser observado, os gastos com a remuneração dos profissionais do magistério com recursos do FUNDEB atingiram o limite de **68,12%** (por cento) da receita arrecadada, sendo que de acordo com a Lei 11.494/07 devem ser aplicados no mínimo 60% com estes profissionais. **Frisa-se**





**que este percentual do FUNDEB somente pode ser aplicado aos profissionais em efetivo exercício de suas atividades na rede pública municipal.**

**1.6 - Tabela VIII– SAÚDE – Artigo 198, parágrafo 2º., Inciso III da CR/88 c/c EC 29/2000.  
Leis Federais 8.080/90, 8.142/90 e 141/2012.  
IN TCE/MG 008/2011 e IN 005/2012**

**Evidenciamos abaixo quadro de aplicação dos recursos nas ações e serviços Públicos de Saúde.**

TÍTULOS	VALOR acumulado até Dezembro 2016
RECEITAS DE IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS (A)	22.005.906,96
GASTOS NAS AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE - RECURSOS PRÓPRIOS (B)	4.322.669,99
VALOR MÍNIMO A APLICAR ( C )	3.300.886,04
PERCENTUAL APLICADO NAS AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICO DE SAÚDE (B/A)	<b>19,64%</b>

Até o 3º quadrimestre de 2016, o município aplicou nas ações e serviços públicos de saúde **19,64%** (por cento) das receitas de impostos e transferências constitucionais.

De cada R\$ 100,00 oriundos da arrecadação de impostos e transferências R\$ 19,64 são gastos com a manutenção das ações dos serviços públicos de saúde.

### **1.7 - DOS RESTOS A PAGAR**

**Tabela IX – Restos a pagar processados referentes ao Exercício 2015**

RESTO A PAGAR DE 2015 (empenhos liquidados)	PAGO em 2016 referente a 2015	VALOR A PAGAR DE 2015
<b>185.213,30</b>	<b>185.213,30</b>	<b>0,00</b>

A Prefeitura em 31 de Dezembro de 2015 teve um resto a pagar de empenhos processados no valor de R\$ 185.213,30 os quais foram pagos até 31 de agosto o montante de R\$ 185.213,30. Conforme disposto no **artigo 42 da lei 101/2000**, é vedado ao titular de Poder ou órgão referido no art. 20, nos últimos dois quadrimestres do seu mandato, contrair obrigação de despesa que não possa ser cumprida integralmente dentro dele, ou que tenha parcelas a serem pagas no exercício seguinte sem que haja suficiente disponibilidade de caixa para este efeito.



## 1.8 – Controle de Gastos com Pessoal

### Tabela X

Demonstrativo Resumido da Receita Corrente Líquida, (mês de referência DEZEMBRO de 2016).

Artigo 2º., parágrafo 3º. da Lei 101/2000.

Em R\$ Mil

ESPECIFICAÇÕES	Mês de referência DEZEMBRO/2016	%
Receita Tributária	1.876.794,10	8,14%
Receita Patrimonial	415.234,93	1,80%
Transferências Correntes	24.312.914,67	105,54%
Outras Receitas Correntes	373.350,84	1,62%
<b>(-) Dedução Receita pra formação FUNDEB</b>	<b>-3.942.819,66</b>	<b>-17,10%</b>
<b>Receita Corrente Líquida</b>	<b>23.035.474,88</b>	<b>100%</b>

### Tabela XI – Demonstrativo Resumido da Despesa com Pessoal - Executivo.

Artigo 18, parágrafo 2º. da Lei 101/2000.

Em R\$ Mil

DISCRIMINAÇÃO	MÊS DE REFERENCIA	VALOR ACUMULADO (NO MÊS E NOS ONZE MESES ANTERIORES AO EXERCÍCIO CORRENTE)
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA (A)	<b>DEZEMBRO 2016</b>	23.035.474,88
GASTOS COM PESSOAL ATIVO DA PREFEITURA (B)		10.015.457,28
PERCENTUAL APLICADO PELA PREFEITURA (B/A)		43,48%

A tabela XI acima demonstra que a despesa com pessoal no período em referência consumiu **43,48%** da receita corrente líquida arrecadada, abaixo do limite legal máximo (**54%**), conforme Artigo 19 c/c com o Artigo 20 da lei LRF 101/2000.

A Controladoria Municipal emitiu informação ao Gestor Municipal fazendo a seguinte orientação:

*Nota: Verificamos que o Ente observou as determinações impostas pelo artigo 23 caput da lei 101/2000, eliminando o excesso total de 0,75% dos (54,75%) atingido em Dezembro de 2015 já no primeiro quadrimestre (janeiro a abril) de 2016, portanto não sendo submetido às restrições dos parágrafos §§ 3º. e 4º. art. 23 da Lei Supra, e nem nas penalidades previstas no art. 5º., inciso IV da Lei 10.028/2000, s.m.j.*

Em observância ao disposto no Inciso II, Parágrafo Primeiro do Artigo 59 da Lei 101/2000, verificamos que neste terceiro quadrimestre o dispêndio com pessoal se encontra com percentual **abaixo** dos 90%, em relação ao limite máximo 54%.



**PREFEITURA MUNICIPAL CONQUISTA**  
Estado de Minas Gerais  
**CONTROLE INTERNO**

**1.9 – Demonstrativos das Receitas, Despesas e Saldo Financeiro no Terceiro Quadrimestre e acumulado no exercício 2016.**

**Tabela XII DEMONSTRATIVO DA RECEITA REALIZADA, DESPESA PAGA e SALDO FINANCEIRO – Consolidado:**

EXERCÍCIO 2016	RECEITAS REALIZADA		TOTAL	DESPESAS EXECUTADA PAGA		TOTAL	Diferença	SALDO BANCÁRIO EM 31/08/2016	ENTRADAS Total 2016	RETIRADAS Total 2016	SALDO DISPONÍVEL EM 31.12.2016
	ORÇAMENTÁRIA	EXTRA-ORÇAMENTÁRIA	RECEITAS	ORÇAMENTÁRIAS	EXTRA-ORÇAMENTÁRIAS	DESPESAS					
3º. Quad.	8.993.825,81	1.025.274,42	10.019.100,23	9.378.252,12	1.407.788,70	10.786.040,82	-766.940,59	5.017.515,65	16.542.198,28	17.309.138,87	4.250.575,06
							Saldo em →	31/12/2015			
Acumulado	24.059.632,88	2.941.222,43	27.000.855,31	20.432.254,12	4.074.841,39	24.507.095,51	2.493.759,80	1.756.815,26	45.325.520,39	42.831.760,59	4.250.575,06

**Tabela XIII - DISPONIBILIDADE FINANCEIRA EM**

CONTA	VALOR R\$
Banco contas movimento - Prefeitura	2.296.304,29
Banco conta movimento - Câmara	0,00
Banco contas vinculadas - Prefeitura	1.954.270,77
<b>Saldo disponível em 31.12.2016</b>	<b>4.250.575,06</b>

**Tabela XIV - DEMONSTRATIVO DOS RESTOS A PAGAR EM 31.12.2016**

RESTOS A PAGAR	VALOR R\$
Restos a pagar PROCESSADOS - PREFEITURA	21.423,81
Restos a pagar PROCESSADOS - CÂMARA	0,00
<b>Total restos a pagar em 31.12.2016</b>	<b>21.423,81</b>



**PREFEITURA MUNICIPAL CONQUISTA**  
**Estado de Minas Gerais**  
**CONTROLE INTERNO**

**1.10 - ANÁLISE DA OBSERVÂNCIA DO DISPOSTO NO ART. 29-A DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL, REFERENTE AO REPASSE ANUAL DE RECURSOS AO PODER LEGISLATIVO.**

**Tabela XV – ACOMPANHAMENTO DO REPASSE DE RECURSOS PARA A CÂMARA**

ESPECIFICAÇÃO	VALOR
RECEITA DA CÂMARA – PARA O EXERCÍCIO 2016	<b>1.262.930,47</b>
ARRECADAÇÃO DO MUNICÍPIO (EXERCÍCIO ANTERIOR)	18.041.863,90
<b>% REPASSE</b>	<b>7%</b>

Receita Tributária + Transferências

Os repasses que foram efetuados ao Poder Legislativo durante o exercício 2016, corresponderam a 7% da Arrecadação do Município no exercício anterior, em conformidade com o disposto na Emenda Constitucional 58/2009. O montante no valor de R\$ 1.262.930,47 foram repassados ao Poder Legislativo em 2016, a estimativa mensal de repasse foi de R\$ 105.244,21. Até o dia 20 do mês de Dezembro foram repassados o montante total de **R\$ 1.262.930,47**, observando assim o disposto no inciso II, parágrafo 2º. do artigo 29-A da Carta Magna.



## CONCLUSÃO

Acompanhamos os trabalhos dos setores internos da Prefeitura Municipal de Conquista Estado de Minas Gerais no Terceiro Quadrimestre do exercício de 2016, elaboramos o nosso relatório quadrimestral dando maior ênfase a aspectos e informações contidas nas demonstrações orçamentárias e contábeis, porém, destacamos que: a responsabilidade pelo sistema de controle cabe a administração, nos termos da Constituição da República, Arts. 31 e 74; a responsabilidade no controle de cada Setor segue hierarquicamente cada responsável ou chefia e ao pessoal de cada departamento que exerce cargo ou função de direção, nos termos do que dispõe a Constituição da República, art. 74, § 1º; a responsabilidade do Sistema de Controle Interno reside na coordenação técnica dos setores e no apoio dos servidores encarregados de cada setor, no que se refere à observância dos princípios de Controle Interno, tendo por objetivo possuir ações preventivas antes que ações ilícitas, incorretas ou impróprias possam atentar contra os princípios da Constituição da República Federativa do Brasil, principalmente o artigo 37, seus incisos e parágrafos. A função da Controladoria é acompanhar a execução dos atos e apontar, em caráter sugestivo, preventivo ou corretivamente, as ações a serem desempenhadas, zelando pela boa governança e pela redução dos riscos.

## Considerações Finais

O Sistema de Controle Interno de Conquista foi criado pela Lei Municipal 1022/2011, e sua atuação independente vêm contribuindo para que o Município alcance os mandamentos Constitucionais fixados no *caput* do seu artigo 37: moralidade, impessoalidade, legalidade, publicidade e eficiência.

Com a apresentação deste relatório e das demonstrações contábeis relativas ao período em análise (setembro a dezembro) 2016, a Controladoria Geral do Município cumpre uma das suas tarefas, qual seja a apresentação da Prestação de Contas de responsabilidade do Poder Executivo da cidade de Conquista – Minas Gerais.

Com estas breves considerações a Controladoria Geral do Município de Conquista Estado de Minas Gerais, espera contribuir para a leitura dos demonstrativos que compõe as Prestações de Contas da Gestão Municipal, oferecendo maior transparência às finanças municipais, e cumpre a legislação vigente Artigo 180 da Lei Orgânica Municipal e no § 4º. Artigo 9º. da LRF/101, bem como para avaliação por parte do Poder Legislativo e, principalmente, do cidadão.



## CONSTITUIÇÃO ESTADUAL

*Art. 73. A sociedade tem direito a governo honesto, obediente à lei e eficaz.*

**Ângelo TizoRoncolato Junior**  
Controle Interno

Conquista, 24 de fevereiro 2017.

**Angela Cristina Aleixo**  
Setor Contábil

**Paulo Assunção Valentino Filho**  
Coord. Tesouraria

**Véra Lúcia Guardieiro**  
Prefeita Municipal  
À época dos dados  
31.12.2016

**Tarcízio Henrique Zago**  
Prefeito Municipal  
Atual  
24.02.2017

*"A coisa mais indispensável a um homem é reconhecer o uso que deve fazer do seu próprio conhecimento."*